

1. Introdução

O presente trabalho representa um estudo sobre as representações sociais de alunos portadores de Paralisia Cerebral, construídas pelos professores de classes do ensino regular do segundo segmento, do ensino fundamental, em escolas municipais do Rio de Janeiro. A relevância deste tema se faz, em parte, porque os trabalhos realizados que apresentam o modelo da inclusão, em sua maioria, referem-se a inclusão do deficiente mental ou sensorial. Poucos autores têm o deficiente físico e mais especificamente o portador de paralisia cerebral como seu objeto de estudo e/ ou pesquisa, o que resulta no desconhecimento dos estudantes da área de educação, do verdadeiro potencial dos alunos portadores de paralisia cerebral.

Assim sendo, este estudo teve como idéia principal registrar e analisar, através de um levantamento exploratório, o discurso dos professores que trabalham com a inclusão de alunos portadores de Paralisia Cerebral., tomando como base as seguintes questões:

- saber se os professores consultados conheciam a Paralisia Cerebral e as reais possibilidades desses alunos;
- que representações dos alunos portadores de Paralisia Cerebral eram construídas, tanto por professores que possuíam esses alunos em sua classe de ensino regular, quanto por professores que não tinham este tipo de aluno incluído em sua turma;
- tentar verificar até que ponto a representação social construída pelo professor dos alunos portadores de paralisia cerebral interferia em sua prática docente.

O tema escolhido partiu de vivencia da autora deste trabalho, que como aluna portadora de paralisia cerebral enfrentou diversos desafios no seu processo de inclusão no ensino regular. Por isso, ela acredita ser fundamental aos leitores dessa dissertação conhecer um pouco de sua história.

Como já mencionamos, Ida Beatriz é uma mulher de 31 anos, portadora de Paralisia Cerebral, vitima de anóxia cerebral. Ao nascer, o cordão umbilical

enrolou em seu pescoço causando-lhe falta de oxigenação no cérebro e isto afetou as regiões cerebrais responsáveis pela coordenação motora, pelo equilíbrio e pela fala. Mediante tratamento da reabilitação adquiriu habilidades de fala, locomoção e outras que, apesar de fugirem aos padrões de normalidade, lhe são funcionais.

Sua vida como estudante do ensino fundamental e médio se deu nos anos 80. Experimentou um pouco do ensino em classes especiais que funcionavam dentro do Instituto Brasileiro de Reeducação Motora (IBRM), mas seu desejo de ir para o ensino regular era tão grande, que ela um dia chegou para a sua professora, Ruth Pereira, que também era uma das diretoras desta instituição e falou que queria ir para a escola

regular. Ela gostaria que fosse a escola municipal que ficava no prédio ao lado do IBRM, pois já havia um colega, o Anderson, hoje é seu grande amigo, que tinha ido estudar lá (Anderson, também tem seqüelas de Paralisia Cerebral, mas que não o impedem de, no momento, fazer faculdade de Informática).

No ano seguinte, seu desejo foi realizado e fez a 4ª.série nesta escola, onde, devido a sua dificuldade de escrita, realizava provas semestrais, orais, que eram aplicadas por professores. A escola recebia alguma orientação, do IBRM, de como melhor aproveitar as potencialidades dela. Mas no final do ano letivo, os professores recomendaram aos seus pais que a colocassem em uma escola particular, pois seria melhor uma escola com menos alunos por turma, onde os professores pudessem lhe dar mais atenção.

Então foi estudar no Colégio Amaral Fontoura, que era um colégio pequeno, onde passou a sua adolescência, época que considerou de grande crescimento e descobertas. Nessa época. o colégio já tinha uma menina com Paralisia Cerebral, a Renata, que já estava na 6ª. série, e que logo depois saiu do colégio por motivo de transferência de sua família para outra cidade. Junto com Ida entrou a Luciana, as duas eram suas companheiras no IBRM, instituição que ainda freqüentavam, nesta época, realizando atividades para fins de reabilitação. Ela e Luciana foram para a mesma turma.

Ela sempre tentava auxiliar a Lú (apelido pelo qual se referia a Luciana), pois ela usava cadeira de rodas e, assim como ela, Lú também tinha dificuldades motoras para escrever. Ela acreditava que ambas poderiam ir adiante. Os professores preparavam até duas provas de múltipla escolha, para facilitar as avaliações das duas. Infelizmente, Lú não acabou o que hoje seria o ensino

fundamental. Os motivos, Ida acredita, que talvez tenham sido as grandes dificuldades que existiam na época, de se enxergar alternativas, até pedagógicas, de se fazer uma educação baseada nas diversidades humanas.

As dificuldades, às vezes, apareciam. Apesar de haver outros alunos com outras limitações, sempre havia um ou outro funcionário da escola que não entendia a sua presença, principalmente, porque depois da saída de Luciana do colégio, passou a ser avaliada pelos mesmos processos de avaliação, que passavam todos os outros alunos, realizando provas discursivas, mas devido a sua dificuldade na habilidade da escrita, precisava que alguém a ajudasse nas provas semestrais, registrando por escrito o desenvolvimento das questões. Algumas vezes, levou até pessoas de fora da escola para ajudá-la, pessoas amigas com quem pôde contar. Dentre elas, ressaltamos pelo menos duas: Glorinha Shapper, que já havia atendido Ida no IBRM e que também, mais tarde, deu muita força durante toda a sua formação como pessoa e como profissional, inclusive quando ela entrou para Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde Glorinha coordenava o programa “Rompendo Barreiras” que atende aos alunos portadores de deficiência e que é ainda hoje um programa que se estende tanto à comunidade interna quanto externa a Universidade, visando favorecer a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, em universidades e em outros estabelecimentos de ensino. Gilson Teixeira, que foi a alegria da sua juventude, seu ex-namorado, e que sempre lhe dava muito apoio nas suas aspirações acadêmicas.

Apesar de alguns inconvenientes ocasionais, quase todos os professores a apoiavam, sempre com muito carinho. Inclusive, foi uma surpresa muito agradável ter no rol dos entrevistados para o presente trabalho, uma professora de inglês, que lhe deu aula neste colégio e que hoje trabalha numa escola municipal, fazendo a inclusão em sua sala de aula, de uma aluna portadora de Paralisia Cerebral. O diretor desse colégio particular mencionado acima, era uma pessoa também muito aberta e sensível às questões relacionadas aos alunos com dificuldades, como também os próprios colegas colaboravam muito com ela, e alguns são seus grandes amigos até hoje. Já nasceu até um afilhado, muito querido, João Victor, filho de Angelina, amiga que conheceu neste colégio, cuja amizade dispensa qualquer adjetivo, pois Angelina é uma amiga para todas as ocasiões.

Foi neste colégio, em um ambiente muito amistoso, onde amigos a emprestavam cadernos e ela fazia foto-cópia das matérias, que terminou o 2º grau. Vale destacar que, durante esse processo todo, sempre contou também com bastante apoio de sua família, que sempre lhe fez sentir uma pessoa capaz, lhe acolhendo nos momentos de dificuldades e lhe fornecendo todos os recursos necessários para as superações dos obstáculos, que muitas vezes, enganavam a si mesma a respeito de suas reais potencialidades.

Logo depois, entrou para Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ) onde fez o curso de Pedagogia e se formou. Fez em seguida um curso de pós-graduação, *latu sensu*, em educação especial, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

E como essa história ainda não acabou, agora no mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), nada mais natural do que, a autora, se comprometer em pesquisar e analisar as representações que os professores estão construindo de alunos portadores da Paralisia Cerebral, pois esses alunos, assim como ela e como todos que já passaram pelo ensino fundamental regular, devem não só ter assegurado o direito à inclusão mas, certamente, é preciso que encontrem um terreno fértil ao desenvolvimento pleno de suas capacidades intelectuais, sociais e afetivas.

A sociedade atual tem exigido que o professor amplie sua gama de tarefas e responsabilidades, que o seu trabalho acompanhe mudanças curriculares e sociais, que responda aos democráticos princípios da Educação, onde a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, torna-se um tema de destaque. Assim, estes professores são obrigados a uma constante busca de novos saberes, afim de que possam atender, com qualidade, a pluralidade das manifestações humanas, evitando assim a exclusão de grupos minoritários, que, por não apresentarem determinados padrões, ou seja porque suas condições humanas fogem ao estereotipo de um modelo construído e aceito socialmente, têm sua participação social e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida reduzida, ou até anulada.

Esta exclusão é acentuada pela adoção de modelos econômicos como o Neoliberalismo, que surgiu como uma forma de reestruturação do capitalismo, que tornou cada vez mais difícil manter o estado de Bem Estar Social, pois instalou uma Política de Mercado, onde o Estado Mínimo se caracteriza pela intervenção

do Estado, de acordo apenas com o interesse daqueles que tem o domínio do Capital.

Assim, as políticas sociais têm se subordinado à lógica do Mercado e não às políticas do Estado. Este modelo econômico vem dificultando mais ainda às pessoas portadoras de deficiência e às demais minorias, o acesso em questões de direitos de igualdades de condições. Se fôssemos nos guiar pela lógica intrínseca deste modelo político, não haveria porque investir na educação de uma pessoa, que é tida, muitas vezes, como improdutivo. Assim, tal lógica é estimuladora da propagação de um estigma para com esta pessoa e revela um imaginário social carregado de preconceitos.

Neste processo, a formação de professores, tanto nos cursos de graduação, quanto nos cursos de pós-graduação, é de fundamental importância, para que a inclusão não se torne uma exclusão camuflada por apenas discursos e falas teóricas. Para Bueno (1999), inserir o aluno portador de necessidades especiais, sem que haja qualquer tipo de apoio ou assistência à escola regular, pode levar ao fracasso, visto que, os professores não estão devidamente capacitados para enfrentar tal desafio, pois estas escolas, freqüentemente, enfrentam graves problemas de qualidade.

Fazem parte da educação inclusiva os seguintes objetivos: atender portadores de deficiências em escolas próximas de suas residências; ampliar o acesso desses alunos nas classes comuns; fornecer capacitação aos professores propiciando um atendimento de qualidade; favorecer uma aprendizagem pela qual as crianças possam juntas adquirir conhecimentos, porém, tendo objetivos e processos diferentes; desenvolver no professor a capacidade de usar formas criativas com alunos portadores de deficiências.

Diferente do modelo da inclusão, na integração, modelo que a antecedeu e que era baseado em um modelo médico, a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo os distúrbios e as dificuldades como disfunções, anomalias e patologias. Este tipo de visão tinha preceitos que, durante muito tempo, segregaram as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, que privilegia aqueles que estão preparados para se inserirem no ensino regular, ou seja, que defende a tese de que, quanto mais próximo da normalidade, mais apto o aluno está para freqüentar o ensino regular. Portanto, a inclusão busca derrubar este tipo de visão, defendendo

a idéia de que o ensino se constrói baseado na pluralidade e na certeza de que os alunos não são, em qualquer circunstância, capazes de construir sozinhos seu conhecimento de mundo. O processo de aprendizagem se funde na interação, através da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio.

Por outro lado, os professores ainda não estão todos preparados para lidar com as especificidades apresentadas por estes alunos que se beneficiam da inclusão. No caso do aluno portador de paralisia cerebral, ele é, muitas vezes, confundido com deficiente mental, devido a sua aparência física e suas características peculiares individuais, em que algumas expressões e movimentos involuntários são imprevisíveis e momentâneos, (ex. expressão facial) , o que reforçaria uma representação, na maioria das vezes estereotipada. Carvalho (2000), nos endossa essa tal preposição, com relação aos professores, afirmando que:

Predominam, neles, as representações sociais centradas nas limitações dessas pessoas, aliadas à pouca crença em torno de suas potencialidades e do papel da escola regular para desenvolver-lhes todas as capacidades, em especial as cognitivas (p. 25).

Por isso é que, dentro dessa falta de preparo a qual nos referimos, certamente pode estar a inconsciência desses profissionais do ensino de que eles têm representações, já construídas, desse tipo de aluno, que, muitas vezes, estão longe das reais possibilidades e potencialidades do mesmo, impedindo assim, a realização de um trabalho que beneficie não apenas a esse aluno portador de necessidades educacionais especiais, mas a todos os outros e principalmente ao próprio professor que, se pudesse se conscientizar, certamente, ampliaria seu universo de conhecimento.